

A “HEROICIZAÇÃO” DE DOM JOÃO VI NA OBRA DE OLIVEIRA LIMA

THE HEROICIZATION OF *DOM JOÃO VI* IN THE WORK OF OLIVEIRA LIMA

Roger Renilto Diniz Costa¹

Fausto Alencar Irschlinger²

COSTA, R. R. D.; IRSCHLINGER, F. A. A “Heroicização” De Dom João VI na obra de Oliveira Lima. **Akrópolis** Umuarama, v. 20, n. 4, p. 249-258, out./dez. 2012.

RESUMO: No trabalho a seguir, analisaremos a forma como Oliveira Lima mitificou Dom João em suas obras *Dom João VI no Brasil e Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*, a partir da abordagem da Análise de Discurso. Manuel de Oliveira Lima foi um importante intelectual da Primeira República (sendo diplomata, crítico literário e historiador), na contextualização deste intelectual, utilizaremos as contribuições de Lúcia Lippi de Oliveira e de Teresa Malatian. Sobretudo, estava preocupado com a construção da nacionalidade brasileira, onde trabalhou seus ideais em várias obras históricas e literárias. Sua obra é marcada pelo saudosismo do Império e pela pretensão de construir uma nacionalidade brasileira, características estas que se refletem especialmente no engrandecimento dos governantes portugueses da monarquia. Assim, Dom João VI, foi o mais enaltecido destes, chamado pelo autor de “fundador da nacionalidade”, “precursor do Brasil”, “herói”. Com isso revelaremos como o discurso de Oliveira Lima se torna tendencioso e persuasivo em prol de suas causas e intencionalidades.

¹Acadêmico do curso de História da UNIPAR Cascavel

²Docente do curso de História da UNIPAR

PALAVRAS-CHAVE: Oliveira Lima; Dom João VI; Herói; Primeira República Brasileira; Análise do Discurso.

ABSTRACT: In the following work, we will analyze how Oliveira Lima mythologized Dom João VI in his works *Dom João VI in Brazil and Brazilian Nationality Historical Formation*, from the approach of Discourse Analysis. Manuel de Oliveira Lima was a major intellectual of the First Republic (being a diplomat, historian and literary critic), in this intellectual context, we will use the contributions of Lippia Lucia de Oliveira and Teresa Malatian. Especially, he was concerned with the construction of Brazilian nationality, where he worked his ideals in various historical and literary works. His work is marked by nostalgia Empire and the intention of building a Brazilian nationality, that these characteristics are reflected especially in the exaltation of the Portuguese rulers of the monarchy. So Dom João VI, was the most exalted of these, called by the author of “founder of nationality”, “precursor of Brazil”, “Hero”. With that, we will reveal how the discourse of Oliveira Lima becomes persuasive and biased in favor of their causes and intentions.

KEYWORDS: Oliveira Lima; Dom João VI; Hero; First Brazilian Republic; Discourse Analysis.

Recebido em maio de 2013
Aceito em agosto de 2013

INTRODUÇÃO

UM HOMEM EM SEU TEMPO

Manuel de Oliveira Lima foi um dos mais importantes diplomatas brasileiros da Primeira República. Vivendo um importante período da história brasileira, as últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX, momento de ruptura política na transição do governo monarca para o sistema Republicano presidencialista, quando o Brasil saía da área de influência inglesa e se aproximava mais dos norte-americanos (FAUSTO, 2010, p. 235). Nesta etapa de gestação da República, os intelectuais brasileiros ocuparam-se ativamente da construção da identidade nacional do país, e Oliveira Lima foi um destes, sendo historiador e também escritor (membro fundador da Acadêmica Brasileira de Letras), produziu importantes obras neste sentido.

Recifense, nascido no natal de 1867, sendo filho de pai português e mãe brasileira, Manuel passou boa parte de sua infância e adolescência estudando em Lisboa, onde cursou Letras, Filosofia, Direito e Diplomacia – fatos que revelam a origem nada humilde do historiador-diplomata, considerando a dificuldade de educação e contato com o Velho Mundo que tinha a população menos favorecida social e economicamente do Brasil no período. E ainda que não fossem dos mais abastados latifundiários do nordeste, a família de Oliveira Lima estava diretamente ligada à elite econômica da região.

Tereza Malatian, historiadora brasileira, em uma recente biografia histórica sobre o autor (MALATIAN, 2001), salienta o apreço de Oliveira Lima pelos governantes monarcas do Império como fruto da vida de estadista, que o teria levado a atentar-se principalmente às questões de ordem política. A autora explica que esta emergência em exaltar o Brasil como nação independente reconhecida pela ex-metrópole, parte da consideração da independência como uma “consagração da vontade nacional”, que como se sabe, foi de fato fruto da ação de um príncipe, de estadistas, intelectuais, enfim, de um pequeno grupo de dirigentes que de forma alguma pode ser confundido com a *nação* brasileira em sua totalidade e de forma homogênea. “A formação do Estado brasileiro se confunde com a nação, para adquirir plenitude com o reconhecimento da nova soberania” (*Idem*, p. 14). Neste sentido,

exaltar a soberania nacional era, nos trabalhos de Lima, sinônimo de elogiar a obra civilizatória portuguesa, o que constituía a principal característica do discurso historiográfico construído por este autor – já era também pontual na obra de Francisco A. Varnhagen¹

Contextualizando o início do período republicano do Brasil, identificamos então que foi marcado não só pelos conflitos de ordem política que giravam em torno das oligarquias latifundiárias, mas houve também importante confronto entre duas grandes interpretações sobre o Brasil, dois modelos de identidade nacional. O primeiro desses modelos era formado por um grupo de intelectuais essencialmente republicanos, que consideravam a ruptura trazida pela implantação do modelo repúblico como necessária para que o Brasil pudesse se atualizar politicamente e se aproximasse mais das grandes potências europeias. O segundo grupo era mais conservador, predominantemente católico, e via o passado colonial e imperial com bons olhos, apesar de contrapontos então retrógrados como a escravidão. Emília Viotti da Costa (1999, p. 199), em *Da Monarquia à República*, refere-se a estas duas linhas de interpretação como “a dos vencedores e a dos vencidos”, pelo fato de a maioria desses intelectuais terem estado vinculados aos principais partidos do momento, o Partido Liberal e o Conservador quando da proclamação da República.

Deste modo, Oliveira Lima enquadra-se no grupo conservador, que por vezes era chamado “Monarquista” por constatar a experiência monárquica como significativa para a estabilidade que se desejava para o Brasil – em contraste com o caudilhismo presente na América Espanhola. E por este motivo, toda a obra deste autor é perpassada por um sentimento de nostalgia em relação aos heróis portugueses, que ficou latente em sua mais aclamada obra *Dom João VI no Brasil*. Publicada inicialmente em 1908, em função da comemoração do centenário da vinda da família real portuguesa para o Brasil, é fruto de um concurso de monografias historiográficas promovido pelo extinto Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB) do qual Manuel de Oli-

¹Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) foi um militar, diplomata e historiador do Brasil de meados do século XIX. Foi um dos primeiros a produzir uma historiografia voltada à História do Brasil, ficando conhecido por isso como o “pai da história do Brasil”. Ver: IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

veira Lima saiu-se vencedor, e trata-se de uma biografia que, de modo geral, faz elogio a Dom João VI e às suas ações no governo do então Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

Em meio às discordâncias e convergências em torno das razões que levariam estes intelectivos brasileiros a repudiarem a República, podemos destacar a ineficácia do novo governo em combater os altos índices de analfabetismo – haja vista que vários desses foram, como o próprio Lima, membros fundadores da Academia Brasileira de Letras –, principal fator que impedia o funcionamento da (pseudo)democracia instaurada em 1889, mantendo em vigência voto de cabresto e os currais eleitorais – ao mesmo tempo em que se propunha modernizar a política brasileira, elevando país ao *Novo Regime*, mais próximo dos países hegemônicos europeus (tidos como o padrão ideal de “civilização” ocidental do momento nos âmbitos políticos e culturais)². Mas não podemos confundir os ideais monarquistas, no entanto, com um levante democrático apenas em repúdio ao funcionamento do sistema oligárquico, de modo que este soe como algo que buscava a democracia plena. Eram, antes de tudo, adeptos à ideia de centralização política e autoridade absoluta da figura do imperador.

Percebemos assim que o príncipe regente é tratado como um “verdadeiro herói nacional”, “fundador do Brasil” – nas palavras do próprio Lima – que posteriormente viria a se formar nação. E a monarquia, em detrimento do poderio da aristocracia latifundiária que se mantinha forte durante a República Velha, era vista como um período da história brasileira em que a nação andou, até então, mais perto de ideal de “governo honesto”: ainda que “ditatorialmente honesto” (FREYRE, 1944, p.12). Daí toda a apologia ao Estado-Monarquia.

Discípulo de Oliveira Martins³, Oliveira Lima partilhava da ideia de que o ofício do historiador deveria direcionar-se para a associação entre ciência e arte, e rompia com vários pressupostos da ciência positivista que dominava a academia no fim do século XIX, o que lhe permitiu produzir uma fala não tão objetiva, em tons de relato oficial, como era de praxe, e desenvolver um texto imerso em comentários parciais (mes-

mo opinativos) e carregado de uma preocupação estilística de escrita. Estas características, situadas em seu contexto, vinculam a obra ao extremo oposto ao positivismo, o idealismo de Hegel. Porém, o texto que tomamos como nossa principal fonte, *Dom João VI no Brasil*, trata-se de mais do que simples biografia, narrativa de fatos históricos: é um trabalho que incorpora perspectivas de análise política, sociológicas e geográficas e que por vezes parece apresentar princípios de uma escrita interdisciplinar – em que se destaca também o fato de que o autor não trabalha apenas com fontes oficiais contidas em arquivos da União, mas de ter utilizado em suas pesquisas os arquivos europeus, como os portugueses e alemães para quantificar dados e informações que não existiam no Brasil – sobretudo sobre Portugal e a família real.

O HERÓI DOM JOÃO VI

Pierre Bourdieu, em sua obra *A Economia das Trocas Linguísticas*, nos traz uma noção que pode ser aplicada perfeitamente ao perfil de Oliveira Lima no recorte aqui trabalhado: a noção de *porta-voz autorizado*. Segundo Bourdieu (1996, p. 87-88), seria aquele que “consegue agir com palavras em relação a outros agentes e, por meio de seu trabalho, agir sobre as próprias coisas, na medida em que sua fala concentra o capital simbólico acumulado pelo grupo que lhe conferiu o mandato e do qual ele é, por assim dizer, o procurador”.

Com essa caracterização de *porta-voz*, podemos observar a tentativa de resgate da monarquia a partir da exaltação dos grandes feitos dos imperadores lusitanos quando esses governavam o Brasil – após a fase colonial – e Oliveira Lima pode então ser visto como um locutor dos ideais políticos do grupo dos intelectuais monarquistas, tentando com sua obra disseminar suas intenções, glorificando especialmente Dom João VI. Há então uma intenção ideológica por detrás da empreitada de historiador que seu lado diplomata promove, uma pretensão política que toma seu discurso como meio de alcançar objetivos práticos: “consegue agir com palavras em relação a outros agentes e, por meio de seu trabalho, agir sobre as próprias coisas, na medida em que sua fala concentra o capital simbólico acumulado pelo grupo que lhe conferiu o mandato e do qual ele é, por assim dizer, o procurador” (1996, p. 87/88). E isso fica perceptível nas se-

²Conforme explica Emília Viotti da Costa em *Da Monarquia à República: momentos decisivos* (São Paulo, UNESP, 1999, pp. 19-61).

³Joaquim Pedro de Oliveira Martins foi um influente historiador português desta época, autor de importantes obras, como *O Brasil e as Colônias Portuguesas* (1920) e *Os Filhos de D. João I* (1891).

guintes passagens do título que tomamos como fonte:

Dom João VI veio criar e realmente fundou na América um império, pois merece bem assim ser classificado [...]. [Deu] foros de nacionalidade a uma imensa colônia amorfa, para que o filho, porém, lhe desfrutasse a obra. Ele próprio regressava menos rei do que chegara, porquanto sua autoridade era agora contrariada sem pejo. Deixava contudo o Brasil maior do que o encontrara. (LIMA, 1996, p. 689).

Esta menção expressa a evidente carga de significado com que as palavras são lançadas ao texto, de modo a impactar sobre as considerações defendidas pelo autor, legitimando seu discurso. O verbete “realmente”, em contraste com “império”, demonstram a evidente grandiosidade com que são abordados os feitos de Dom João VI, de modo a enaltecer abertamente a figura. Este “império”, grau ao qual foi elevado o Brasil quando da vinda da Família Real, que é dito “fundado” por Dom João VI não é, porém, lembrado inexistente e impensado em momentos anterior à fuga da corte lusitana em 1808. E, considerando o conceito de *império* que tomamos para esta análise⁴, o Brasil foi tido como tal a partir da vinda de Dom João e seu séquito pelo fato de ser incluso como tal no território e domínio do já existente império português (passando a ser então Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves), pois nenhum expansionismo militar foi evidenciado no período joanino. Assim, os sentidos⁵ a que remetem essas palavras, conforme são dispostas no discurso, considerando seu contexto de produção, o referido concurso de monografias promovido pelo IHGB, buscam produzir o efeito de grandiosidade em torno da figura do referido monarca; e assim o fazem não apenas engrandecendo o real, mas omitindo detalhes negativos, ou que demonstrem alguma fraqueza (o fato do conceito de Império não

⁴*Império*: “A tendência típica comum a todos os modelos de Império na Europa (romano, germânico-feudal, bizantino-russo), excetuado talvez o carolíngio, devido às desesperadas condições em que logo teve que atuar, foi exatamente a tendência ao crescimento progressivo do poder do imperador na política interna e às pressões expansionistas na política externa. [...]” (COLLIVA, Paolo. “Império”. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). *Dicionário de Política*. Brasília, Editora da UNB, 1998. p. 645).

⁵[...] os sentidos não estão só nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos e que não dependem só das intenções dos sujeitos” (ORLANI, 2001, p. 30).

poder ser aplicado senão pelo fato de o Brasil passar a funcionar como uma província do histórico império, capital apenas durante a estadia da corte).

Ao mesmo tempo em que os intelectuais da República Velha se preocupavam quase que massivamente com a questão da formação da identidade nacional, abordando, cada um a sua maneira, elementos históricos e socioculturais que estariam presentes no cotidiano e no *modus vivendi* do povo brasileiro – de modo a identificar (ainda que fabulosamente) o que seria uma essência dos seres e das coisas do Brasil – o grupo dos monarquistas o fazia então supervalorizando a importância das figuras do Império. Percebemos com isso o misto de tentativa de identificação de nacionalidade (concomitante a uma formação de nacionalismo) e de ideais políticos próprios do grupo.

Segundo o próprio autor, legitimando seu discurso, obviamente, a posição de “fundador do Brasil” (nacionalidade) não seria particularmente sua, mas também comum a outros intelectuais brasileiros de renome, como fica claro em:

O elemento culto da opinião, que entrou há muito a considerar com razão, e ainda que mais instintivamente do que conscientemente, Dom João VI como o verdadeiro fundador da nacionalidade brasileira, um título que o Instituto Histórico consagrou ao abrir o seu concurso para a narração do reinado americano daquele monarca. (LIMA, 1996, p. 21)

Considerando os padrões de “civilidade” do século XIX, a *Belle Époque* europeia em sua síntese, a expressão “elemento culto da opinião”, no trecho acima, logicamente direciona o julgamento do leitor, que em geral ostentava o status de “civilizado” por este ser tido como culturalmente superior ao perfil do brasileiro (ainda visto como “colono”); bem como a própria noção de “cultura” do momento, que não era mais do que o acúmulo de informações, a erudição propriamente dita⁶, este parágrafo torna evidente a tentativa de emprego de persuasão⁷ com o ob-

⁶No século XIX, o termo cultura passou a ser associado ao processo geral de desenvolvimento interior e particular, em oposição ao externo e geral. A *cultura* passou a ser ligada à quantidade de informações que o indivíduo poderia somar, ligadas às artes, religião, instituições técnicas, práticas e valores morais. Ver: BURKE, Peter. *Variedades de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

⁷[...] é sinônimo de submeter, [...] [uma] vertente autoritária. Quem persuade leva o outro à aceitação de uma dada idéia. É aquele irônico conselho que está embutido na própria etimologia da palavra:

jetivo de manipular a leitura discurso em prol da disseminação da opinião nele intrínseca.

Este trecho bem ilustra a ideia de que o Estado-Monarquia de Dom João teria de fato “fundado” o Brasil, que perpassa toda a obra. Ao narrar a vinda e o estabelecimento de Dom João VI referindo-se ao contexto histórico-político do continente da metrópole em função do esforço do príncipe regente em elevar o Brasil à Reino Unido, é instituída na colônia uma nova estrutura que lhe confere ares de “nação”. Assim, vinda da corte tem, para Oliveira Lima, um significado de transformações políticas, econômicas e também socioculturais que estão intimamente ligadas à uma intenção joanina de fazer do Brasil uma nação desenvolvida (pelo investimento urbano e artístico nos principais centros citadinos) que, pela primeira vez até então, faria com que o Brasil despontasse de universo rural à urbano, que iniciava a intelectualizar-se.

Para Oliveira Lima ainda, Dom João VI foi também um grande construtor de pontes entre o continente da civilização, a Europa em seu auge da *Belle Époque*, e a ex-colônia, recentemente emancipada e ainda muito intocada em sua natureza, ainda “selvagem”. Neste aspecto, Dom João teria sido o responsável por trazer para o Brasil a civilização em sua gênese, teria sido o precursor da civilização no Brasil. Trata-se obviamente de uma visão explicitamente eurocêntrica, fruto de seu contexto: em sua visão, o Brasil era uma potência natural em sua geografia, mas que necessitava do incremento europeu para que se desenvolvesse e atingisse o nível de civilizado. Daí novamente a exacerbação da importância do Império monarquista.

Este aspecto de “construtor de pontes” de Dom João VI pode bem ser explicado pela experiência diplomática de Oliveira Lima, que tendo atuado por diversas décadas como um diplomata, ele próprio foi um construtor de pontes entre países, entre outras nações e o Brasil, tendo sido responsável por algumas contribuições em prol a divulgação do país (principalmente a cultura e a História do Brasil, chegando a criar cadeiras de língua portuguesa na Sorbonne) entre as grandes potências de sua época, como o Japão, a França e os Estados Unidos, onde atuou como diplomata, como pontua José Verís-

simo em prefácio à *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*:

Fez com que fosse apreciada, na mais divulgada [...] a obra literária do Brasil contemporâneo. Atraiu a atenção dos capitalistas europeus para as riquezas do nosso país, da mesma maneira que despertou o interesse das classes cultivadas da Europa pelas manifestações da nossa civilização. Favoreceu o acréscimo de nossas relações comerciais ao encorajar a criação de Câmaras de Comércio, destinadas a desenvolver nossas trocas no estrangeiro. (VERÍSSIMO, Prefácio In: LIMA, 2000, p. 29)

O fato de o Brasil ser visto como uma “potência” por conta de sua formação histórica era constantemente ressaltado, em todas as suas obras e em seus discursos e conferências. Era, pois, uma potência nestes dois sentidos: pela legitimação histórica da herança civilizada (e civilizatória) da colonização portuguesa e pela obstinada propaganda no exterior, que o aproximava do mundo europeu. E, neste sentido, *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira* foi um dos textos desenvolvedores das principais explicações históricas e culturais do Brasil no século XIX. Trata-se de um compilado de conferências realizadas na Sorbonne durante o período em que Oliveira Lima atuou em legação⁸ à França (1911), que pode ser visto como representativo da determinada camada de intelectuais desiludidos com a República – especialmente por carregar também a exaltação monárquica.

E esta exacerbada visão de Oliveira Lima se mantém supervalorizando a monarquia de Bragança em todas suas obras, dá vinda em 1808 à independência, e ainda bem dizendo os Pedros após a proclamação da independência. A título de exemplo, em *O Movimento de Independência*, obra de 1923, a figura de Dom João VI é igualmente referenciada como “brasileirizada”: “[...] O príncipe herdeiro, cheio de ardor político, andava de coração com os constitucionais, mesmo porque era a esse tempo Dom Pedro português na alma, da mesma forma que Dom João VI se tornara brasileiro” (p. 33).

Contudo, ao reconstruir os momentos mais importantes da vida diplomática de Oliveira Lima, Tereza Malatian explica que somente

per + suadere = aconselhar. Essa exortação possui um conteúdo que deseja ser verdadeiro: alguém ‘aconselha’ outra pessoa a cerca da procedência daquilo que está sendo enunciado.” (CITELLI, 2000, p. 13).

⁸Legação: missão mantida por um governo em país onde ele não tem embaixada; bem como o edifício ocupado pelo pessoal dessa missão.

pouco antes de ser designado à legação do Brasil no Peru, em um período em que passou no Rio de Janeiro em aguardo (1903), Oliveira Lima teve contato de fato com as convicções políticas monarquistas. Apesar de essas ideias terem marcado profundamente todas as suas obras como especialista em História do Brasil Imperial a partir de então, de modo a tornar-se uma das mais fortes características de sua obra, “estes escritos significavam aproximação dos argumentos dos restauradores, porém não uma adesão entusiástica ao movimento monarquista organizado, do qual nunca chegou a fazer parte e no qual não parecia depositar nenhuma expectativa” (MALATIAN, 2001, p. 202).

Seguindo as observações e relatos deste trabalho de doutoramento de Malatian, foi justamente neste período em que o autor viveu no Peru, e sequencialmente na Venezuela, que, coletando fontes para seu livro sobre Dom João, Oliveira Lima percebeu o contraste entre o Brasil e as repúblicas Hispano-Americanas: enquanto o Brasil possuía um governo tido como forte, que manteve a unidade política frente ao levantes republicanos de cunho separatista (Conjuração Pernambucana, de 1817) e chegou a ostentar algum expansionismo imperial (Guerra Cisplatina e conquista da Guiana Francesa), as colônias espanholas fragmentaram-se e desenvolveram os regimes caudilhistas após sua independência da metrópole. A monarquia foi então vista por Oliveira Lima como responsável pela fundação nacional (parafrazeando novamente os termos que são constantemente repetidos na obra), pelo início da modernização econômica (com a Abertura dos Portos, início da liberalização) e das cidades e pela manutenção da unidade política e da ordem social⁹.

Guardadas as devidas proporções, de modo a não generalizarmos os fatos à responsabilidade de Dom João VI, e igualmente não retirar seus créditos, sobre a formação nacional brasileira neste primeiro momento (evitando cometer os mesmos excessos de Oliveira Lima), e à Dom Pedro I, no que tange à conservação da unidade política centralizada, principalmente sobre a inexistência de uma sociedade no Brasil

⁹Contudo, cabe fazermos uma ressalva à opinião de Oliveira Lima. Para Emília Viotti da Costa, [...] enquanto em Portugal acumulavam-se os descontentamentos, no Brasil, as contradições da política de D. João VI, anulando monopólios e privilégios antigos, favorecendo a liberalização da economia ao mesmo tempo em que criava outros privilégios na tentativa de garantir os interesses dos súditos portugueses, não provocavam menores ressentimentos. [...] (1999, p. 41).

dos primeiros anos do século XIX, o essencial deste posicionamento ainda é atualmente partilhado por grande parte da produção historiográfica brasileira, como é o caso do historiador José Murilo de Carvalho, que afirma que:

a colônia americana chegou ao final de três séculos de existência sem constituir uma unidade, exceto pela religião e pela língua. Quando as tropas do general Junot forçaram a corte portuguesa a abandonar Lisboa com destino ao Rio de Janeiro em fins de 1807, não existia Brasil nem politicamente, nem economicamente, nem culturalmente. Havia um arquipélago de capitanias que, segundo Saint-Hilaire, o botânico francês que percorreu boa parte do País no início do século XIX, freqüentemente ignoravam a existência umas das outras. No máximo, havia integração precária de regiões (CARVALHO, 1998, p. 233).

Como Eric Hobsbawm ressalta em *Nações e Nacionalismos*, o grupo de países da Europa teve a formação de seus Estados como uma necessidade administrativa e organizacional da Nação a ser atendida. Governo e burocracia que nascem em função da nação já existente. Houve primeiramente então um sentimento de autoidentificação coletiva do povo, das massas, enquanto membros de uma unidade comum, uma nação em si (o último quartel do século XVIII é o momento em que isto se verifica em alta – conforme Hobsbawm, p. 127, 1990) e, posteriormente, a formação de um Estado dentro desta nação. As nações surgiram, portanto, no continente europeu, anteriormente aos Estados, diferentemente do que acontece nas ex-colônias americanas, como, no caso, o Brasil, que, quando independente, obrigou-se a desenvolver o organismo estatal de imediato, sem que o sentimento de identificação nacional existisse a priori e fundisse a gama de culturas que o compunham.

“[...] O exemplo-padrão de uma cultura de identidade, que se ancora no passado por meio de mitos disfarçados de história, é o nacionalismo. [...] As nações são entidades historicamente novas fingindo ter existido durante muito tempo. É inevitável que a versão nacionalista da sua história consista no anacronismo, omissão, descontextualização e, em casos extremos, mentiras. Em um grau menor, isso é verdade para todas as formas

de história de identidade, antigas ou recentes.” (HOBBSAWM, 1998, p. 285).

Esta importante observação de Hobsbawm explica a necessidade que a República brasileira tinha, logo que proclamada, de trabalhar em função da constituição do sentimento nacional de seu povo, visto que “o mero estabelecimento de um Estado não é suficiente, em si mesmo, para criar uma nação” (*Ibidem*, p. 93). Daí a necessidade de resgate de personagens históricos importantes e forjá-los heróis nacionais, a necessidade de construir-se símbolos nacionais, embora o significado deles, por muitas vezes, não esteja realmente presente na *psiqué* coletiva. E esse trabalho de direcionar a mentalidade coletiva da nação, seu imaginário, para o sentimento de nacionalidade, cabe, além dos militares e de seu discurso sempre voltado ao nacionalismo, aos intelectuais em geral, “[...] porque essa realidade oferece o espetáculo de um povo ignorante de seu destino [...] Não é por acaso que [os intelectuais] professam sem cessar a urgência de um ‘projeto’ nacional [...]” (PÉCAUT, 1990, p. 8).

Stuart Hall, em recente obra sobre as identidades culturais no mundo pós-moderno¹⁰, explica que a ideia de nação enquanto categoria simbólica e essencialmente ligada à uma identidade popular, é significada a partir da forma como sua história e seus símbolos são apresentados ao povo, e desta forma, como esses são introjetados em sua memória e psicologia coletiva – o que não contrasta, a priori, com os argumentos de Hobsbawm, pelo contrário, complementa-os. Ao analisar como as identidades se “diluem” na modernidade tardia, Hall explica que independente de como é construído o estandar da nação, a identidade cultural da nação, ela é mantida e perpetuada da mesma forma que é, inicialmente forjada: “[...] As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre ‘a nação’, sentidos com os quais podemos nos *identificar*, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas. [...]” (HALL, 2011, p. 49).

Nesta perspectiva, podemos também trazer à discussão algumas considerações de Daniel Pécaut, elaboradas em *Os Intelectuais e*

a Política no Brasil. Para Pécaut, essencialmente, os intelectuais no Brasil invocaram, em vários momentos da história do país, uma interpretação da “realidade nacional”, de modo a tentar proposições de mudanças de acordo com suas intenções políticas, “[...] o intelectuais tinha que estar à altura da construção da nação, portador que era da identidade nacional e, além disso, detentor do saber relativo às leis da evolução histórica” (*Ibidem*, 1990, p. 6). Assim temos a historiografia do momento em questão dividida entre as diferentes proposições de construção nacional, em que os republicanos exaltam o início de uma democracia liberal, e os monarquistas exaltam em demasia a monarquia. Ambos voltados a exaltar a nação e os elementos que, em suas visões, teriam sido responsáveis pela construção da nacionalidade; ambos a exaltar o sentimento de identificação nacional, ainda que divergentes em suas aspirações políticas¹¹.

[...] No século XIX e início do século XX, o Brasil talvez fosse uma nação em formação, mas possuía, pelo menos, um Estado. Raros foram os momentos em que os intelectuais brasileiros puderam duvidar disso, mas quando tal ocorria, imaginavam-se responsáveis pela consolidação do Estado. Se eles se colocam com tanta frequência acima da sociedade, é porque se identificam com o Estado ou se apresentam como contra-Estado. [...] (PÉCAUT, 1990, p. 9).

Temos, por conseguinte, o grupo monarquista, do qual destacamos Oliveira Lima para este estudo, como um grupo de intelectuais voltado à consolidação da identidade nacional¹²

¹¹Contudo, não pretendemos com isso enquadrar toda a cultura política da população brasileira nestes grupos ideológicos dicotômicos, mas nos referimos apenas a eles em si. Igualmente, quando mencionamos o termo *intelectual*, consideramos desnecessário atender à regra de propor uma definição fechada de intelectual – o que redundaria inocentemente no senso comum, na ideia de que intelectual é o que se identifica como tal e é, ao mesmo tempo, aceito pelos demais, de outros grupos e do seu próprio, como tal. Para uma eventual desambiguação sobre a categoria da “cultura política”, sugerimos o texto “A cultura política”, de Serge Berstein, em RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (orgs.). *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

¹²Sobre a nação que é “construída” após a formação do Estado, Francesco Rossolillo considera que “Trata-se, pois, de uma entidade ilusória, à qual não corresponde grupo algum, concretamente identificável, que possa servir como natural quadro de referência para comportamentos que normalmente estão relacionados como ‘França’, ‘Alemanha’, ‘Itália’, etc. Procurar nos indivíduos, mediante referenciais subjetivos, o que vem a ser sentimento nacional, leva a esta entidade ilusória [a nação]. Utilizando referenciais objetivos encontra-se um Estado, que todavia não é pensado assim como é, mas como sendo justamente esta entidade ilusória. Tal fato permite afirmar que a nação não passa de uma entidade ideo-

¹⁰HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

agora então uma necessidade do Estado – porém diferentemente dos republicanos, que passaram a exaltar principalmente as figuras que se levantaram contra o Estado-Monarquia, como Tiradentes e Frei Caneca. A exaltação de Dom João VI, aclamado como “herói fundador da nação brasileira” se explica desta maneira, como o que Pécaut chama de “contra-Estado”, uma indireta proposta política, o retorno à monarquia, por meio da supervalorização dos monarcas em tons de nostalgia. E o nacionalismo do qual Lima é porta-voz, pode ser visto como uma maneira suplementar de obter o reconhecimento de um Estado que é vislumbrado pelo autor, seja na romantização do passado “heróico”, seja na utopia de um futuro glorioso baseado no retorno à monarquia. Trata-se então de uma proposição de discurso fundador heróico, mítico, agregado a interesses políticos próprios de um grupo.

O *discurso fundador*, conforme explica Eni Orlandi, pode ser “observado em materiais discursivos de diferentes naturezas e dimensões: enunciados, mitos, lendas, ordens de discurso, mecanismos de funcionamento discursivo etc.” (ORLANDI, 2001, p. 23). Temos assim, com a fala de Oliveira Lima, a tentativa de construção de um mito de herói criador, Dom João VI, em um discurso fundador sobre a nacionalidade brasileira, que busca, mediante relação com a memória, na ligação com o passado histórico que o autor tenta resgatar e enaltecer, a criação de sentidos que visam positivar a causa monarquista. O conceito de discurso fundador organizado por esta analista literária brasileira encaixa-se perfeitamente às fontes de Oliveira Lima que aqui estamos analisando:

[...] a situação específica do discurso fundador que aqui estamos estudando, não na ordem de ciência, mas no da história da formação de um país. E concluímos que é discurso fundador o que instala as condições de formação de outros, filiando-se à sua própria possibilidade, instituindo em seu conjunto um complexo de formações discursivas, uma região de sentidos, um sítio de significância que configura um processo de identificação para uma cultura, uma raça, uma nacionalidade. (ORLANDI, 2001, p. 24).

A conjuntura do período em questão permite-nos aplicar também as observações de

lógica, isto é, do reflexo na mente dos indivíduos de uma situação de poder” (BOBBIO, 1995, p.797).

Loiva Otero Félix sobre a formação dos heróis republicanos. Em *Mitos e Heróis: construção de identidades*, a autora trabalha com o processo da fabricação do carisma na construção mítico-heróica na memória republicana gaucha, trazendo-nos observações sobre como a figura do líder heróico é produzida no início da república no Brasil. Trabalhando com a *heroicização* de Júlio Prates de Castilhos, explica então que isto se dá por três momentos ou etapas específicos que criam um sistema de representações em torno do personagem que simultaneamente traduz e legitima uma ordem, ou uma ideia: “a conjuntura de um momento histórico específico; o dom profético da palavra, o verbo como impulsionador da sacralização; e a questão da identidade” (FELIX, 1998, p. 143).

Neste sentido, podemos perceber que temos Dom João VI na obra de Oliveira Lima exatamente como este herói caracterizado por Félix: a conjuntura de transição da Monarquia para a República cria uma aura política de incertezas e de fragilidades que potencializa a necessidade de figuras míticas e símbolos nacionais para a consolidação (ou, de maneira ainda mais precária a construção) de uma identidade nacional praticamente inexistente; que, somada ao “dom profético da palavra” de Manuel de Oliveira Lima, defensor da monarquia justamente por sua capacidade de “força” política mantenedora da unidade territorial nacional, produz o “verbo impulsionador” que endeusa a figura do monarca, atribuindo-lhe características de governante que nenhuma pessoa naquele momento – diga-se que até o atual momento da história do Brasil – poderia ter sido capaz de ter em suas mãos.

Já sobre o impacto que a criação de figuras históricas de forma “mítica” por meio de um discurso intelectual, sobre os objetivos e desdobramentos na sociedade, sobre o próprio significado desta noção de *mito*, sociólogo Renato Ortiz, em *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*, observa que “o mito é encarnado pelo grupo restrito, enquanto a ideologia se estende à sociedade como um todo” (ORTIZ, 2006, p.136). Assim, a tentativa de mitificar a figura de Dom João VI pode ser lida, a partir deste respaldo, como uma tentativa de disseminação da ideologia monarquista na sociedade da época. No entanto, para Ortiz também, “o que caracteriza a memória nacional é precisamente o fato de ela não ser propriedade particularizada de nenhum grupo social, ela se define como um universal

que se impõe a todos os grupos” (*Ibidem*). São os intelectuais que assumem então esta postura de “mediadores simbólicos” na sociedade: são intermediários entre a massa e a mentalidade social, que no momento aqui abordado, se infringe sobre a própria identidade nacional, construída à base da memória e do folclore (que para o autor é cultura popular transformada em tradição, *Ibidem.*, p. 139). Os intelectuais “são na verdade agentes históricos que operam uma transformação simbólica da realidade sintetizando-a como única e compreensível” (*Ibidem.*, p. 139). E ainda resume esta tese afirmando que “A construção da identidade nacional necessita, portanto, desses mediadores, que são os intelectuais” (*Ibidem.*, p. 141).

CONSIDERAÇÕES

Para Manuel de Oliveira Lima, Dom João VI foi uma das personalidades que mais influenciaram sobre a formação nacional, um “civilizador” do Brasil, o primeiro deles, um “fundador” do Brasil, porém certamente não o primeiro dos brasileiros. Envolvido em seu mundo de estadista, de latifundiário e tendo vivido a estabilidade política da monarquia e as primeiras frustrações da experiência republicana, compartilhar da dupla necessidade (vista como uma necessidade pelos intelectuais de seu tempo) de construção de uma identidade nacional calcada em um passado forjado heróico, épico, e de encontrar uma solução para a mazela política que era gestada desde os primeiros anos republicanos, heroificar o monarca, assim como todo o Império, era uma prerrogativa do engajamento monarquista de Lima.

Dom João VI foi então para este homem das letras, romancista, diplomata e historiador, o grande herói fundador do Brasil, mais importante que qualquer descobridor, colonizador e até mesmo que seus sucessores no trono do Brasil, igualmente enaltecidos, responsáveis por proclamar a independência e lidar com as revoltas pela República, foi o homem que iniciou o fazer do Brasil brasileiro.

Contudo, por conta de sua atividade profissional, a diplomacia, o “dom quixote gordo” (como o apelida um dos de sua estima, grande amigo da Academia Brasileira de Letras e parceiro de pesquisas, Gilberto Freyre), teve seus escritos ofuscados por outros intelectuais dedicados exclusivamente às letras. Sua obra ainda

é pouco estudada, ainda pouco compreendida pelas ciências humanas e sociais.

REFERÊNCIAS

- _____. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. **Formação histórica da nacionalidade brasileira**. Rio de Janeiro; São Paulo: Topbooks; Publifolha, 2000. (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro).
- BERBEL, Márcia Regina. **Liberalismo e idéia de “nação” às vésperas da independência**. São Paulo: História, v.13, p. 143-154, 1994.
- BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. 7. ed. Brasília: UNB, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996.
- CARVALHO, José Murilo de. **Formação das almas: a República que não foi**. São Paulo: Companhia da Letras, 2001.
- CITELLI, Adilson. **Linguagem e persuasão**. 15. ed. São Paulo: Ática, 2000.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Fundação Editorial da UNESP, 1999.
- FELIX, Loiva Otero; ELMIR, Cláudio P. (Org.). **Mitos e heróis: construção de imaginários**. Porto Alegre: UFRGS, 1998.
- FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática, 1988.
- FREYRE, Gilberto. **Oliveira Lima, Dom Quixote Gordo**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1770.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.
- HOBBSAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- LIMA, Manuel de Oliveira. **Dom João VI no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

LIMA, Manuel de Oliveira. **O movimento da Independência 1821-1822**. 6. ed. São Paulo: Top Books, 1997.

MICELI, Paulo. **O mito do herói nacional**. São Paulo: Contexto, 1991. (Coleção Repensando a História).

NEVES, Guilherme Paulo Castagnoli Pereira das. "Oliveira Lima: Dom João VI no Brasil". In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). **Introdução ao Brasil: um banquete no trópico**. São Paulo: SENAC, 2001.

ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. Campinas: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2001.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PÉCAUT, Daniel. **Intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROSELLILLO, Francesco, "Nação". In: BOBBIO, Norberto (et. al.). **Dicionário de política**. 7. ed. Brasília: UNB, 1995.

SANDES, Noé Freire. **A invenção da nação: entre a Monarquia e a República**. Goiânia: EFG, 2000.

TAVARES, Marcelo dos Reis. **Oliveira Lima e a fundação da nacionalidade brasileira por Dom João VI**. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – UNESP-FHDSS, Franca, 2003.

LA "MITIFICACIÓN" DE DON JUAN VI EN LA OBRA DE OLIVEIRA LIMA

RESUMEN: Analizaremos la forma como Oliveira Lima mitificó Don Juan en sus obras *Dom João VI no Brasil e Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. A partir del enfoque en Análisis del Discurso. Manuel de Oliveira Lima fue un importante intelectual de la Primera República (siendo diplomático, crítico lite-

rario e historiador), en la contextualización de este intelectual, utilizaremos las contribuciones de Lúcia Lippi de Oliveira y de Teresa Malatian. Sobre todo, estaba preocupado con la construcción de la nacionalidad brasileña, donde trabajó sus ideales en varias obras históricas y literarias. Su obra es marcada por la nostalgia del Imperio y por la pretensión de construir una nacionalidad brasileña, características éstas que se reflejen especialmente en el engrandecimiento de los gobernantes portugueses de la monarquía. Así, Don Juan VI, ha sido el más enaltecido de estos, llamado por el autor de "fundador de la nacionalidad", "precursor de Brasil", "héroe". Así, revelaremos como el discurso de Oliveira Lima se vuelve tendencioso y persuasivo en pro de sus causas e intencionalidades. **PALABRAS CLAVE:** Oliveira Lima; Don Juan VI; Héroe; Primera República Brasileña; Análisis del Discurso.